

O ensino de turismo acessível a partir da análise da legislação referente às pessoas com deficiência apoiado na Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP)

The teaching of accessible tourism based on the analysis of legislation regarding people with disabilities supported by the Problem Based Learning (PBL)

La enseñanza del turismo accesible a partir del análisis de la legislación referente a las personas con deficiencia apoyada en la Aprendizaje Basado en Problemas (ABP)

Recebido: 29/10/2020 | Revisado: 05/11/2020 | Aceito: 17/11/2020 | Publicado: 22/11/2020

Claudia Suzana Correia Lima Fialho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8202-3825>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, Brasil

E-mail: suzana.lima@ifal.edu.br

Eduardo Cardoso Moraes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5117-9421>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, Brasil

E-mail: eduardo.moraes@ifal.edu.br

Resumo

Este artigo trata do ensino de turismo acessível a partir da análise da legislação referente às pessoas com deficiência, apoiado na metodologia da Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) e adaptada aos preceitos da pesquisa-ação. O artigo objetiva identificar as necessidades e o nível de conhecimento dos estudantes, investigados nas aulas de Legislação Aplicada ao Turismo, do terceiro ano do curso técnico de nível médio integrado em guia de turismo do IFAL, campus Marechal Deodoro. Desenvolvido o produto educacional Guia de estudos de turismo acessível, o material foi idealizado para enriquecer a formação profissional do estudante. Optou-se pela investigação quali-quantitativa, de caráter exploratório, com o uso da pesquisa documental para a revisão bibliográfica e de questionários para a coleta de dados, aplicados aos alunos. Os resultados indicam que a maioria dos estudantes não conhecia o tema, mas possuem interesse em estudar, havendo, portanto, espaço e relevância para a aplicação do produto educacional, que contribuirá para a formação adequada dos futuros profissionais e de cidadãos sensíveis ao desafio de implementar a acessibilidade para todos.

Palavras-chave: Inclusão; Ensino; Metodologia ativa; Produto educacional.

Abstract

This article deals with the teaching of accessible tourism based on the analysis of legislation regarding people with disabilities, supported by the Problem Based Learning (PBL) methodology and adapted to the precepts of action research. The article aims to identify the needs and the level of knowledge of students, investigated in the classes of Legislation Applied to Tourism, of the third year of the technical level course integrated into the tour guide from IFAL's Marechal Deodoro campus. The educational product of an accessible tourism study guide was developed, designed to enrich the student's professional training. We opted for qualitative and quantitative research, of an exploratory nature, with the use of documentary research for bibliographic review and questionnaires, for data collection, applied to students. The exposed results indicated that the majority of students did not know the subject, but they have an interest in studying, therefore, there is space and relevance for the application of the educational product that will contribute for the adequate training of future professionals and citizens sensitive to the challenge of implementing accessibility for all.

Keywords: Inclusion; Teaching; Active methodology; Educational product.

Resumen

Este artículo trata de la enseñanza del turismo accesible a partir del análisis de la legislación referente a las personas con deficiencia, apoyada en la metodología del Aprendizaje Basado en Problemas (ABP) y adaptada a los preceptos de la investigación-acción. El artículo objetiva identificar las necesidades y el nivel de conocimiento de los estudiantes, investigado en las clases de Legislación Aplicada al Turismo, del tercer año del curso técnico de nivel medio integrado en guía de turismo del campus Marechal Deodoro de Ifal. Desarrollado el producto educacional guía de estudios de turismo accesible, idealizado para enriquecer la formación profesional del estudiante. Se optó por la investigación cuali-cuantitativa, exploratorio, con el uso de la investigación documental para revisión bibliográfica y de cuestionarios para recolección de datos, aplicados a estudiantes. Los resultados expuestos indicaron que la mayoría de los estudiantes no conocía el tema, pero poseen el interés en estudiar, habiendo, por tanto, espacio y relevancia para la aplicación del producto educacional que contribuirá para la formación adecuada de los futuros profesionales y de ciudadanos sensibles al desafío de la implementación de accesibilidad para todos.

Palabras clave: Inclusión; Educación; Metodología activa; Producto educativo.

1. Introdução

Segundo uma notícia publicada no site do jornal Mundo Lusíada (2020), citando a Organização Mundial de Turismo (OMT), apesar de em 2019 o turismo ter consolidado dez anos consecutivos de expansão, nem todas as pessoas possuem igualdade nas condições de acesso.

A própria OMT afirma, no documento *Recomendaciones de la OMT por un Turismo Accesible para Todos* (no original, Recomendações da OMT para um turismo acessível para todos), de 2013, que as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (idosos, gestantes, lactantes, pessoas com crianças de colo, obesos) não conseguem usufruir o turismo da mesma forma devido às dificuldades nos ambientes, transportes e serviços.

De acordo com o Censo Demográfico 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), 45.606.048 pessoas se declararam portadoras de deficiência, o equivalente a aproximadamente 23,9% da população.

Considerando esse cenário e a escassez do debate do tema no Instituto Federal de Alagoas (IFAL), este artigo aborda o ensino do turismo acessível a partir da análise da legislação, referente à pessoa com deficiência, e apresenta o Guia de estudos de turismo acessível, parte integrante do produto educacional “Ensino do turismo acessível: guias didáticos” (composto pelo guia citado e pelo Guia de orientações para professores) desenvolvido no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica no IFAL para a aplicação nos componentes curriculares de direito e legislação dos cursos de turismo e hospitalidade do instituto.

O guia é composto por quatro unidades de estudos, apoiadas na Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), proposta por Berbel (1998).

O artigo objetiva identificar as necessidades e o nível de conhecimento dos estudantes, investigados nas aulas de Legislação Aplicada ao Turismo, do terceiro ano do curso técnico de nível médio integrado em guia de turismo do IFAL, campus Marechal Deodoro.

Os resultados dos questionários aplicados indicam que a maioria dos estudantes o desconhecia e possuem o interesse em estudar o assunto, verificando-se que há espaço para a aplicação do produto educacional e contribuindo para o aperfeiçoamento do mesmo.

Com a proposta de aplicação do guia de estudo ao IFAL, espera-se que o projeto possa colaborar para o enriquecimento da formação dos futuros profissionais.

1.1 Ensino do turismo acessível à luz da legislação referente às pessoas com deficiência e pautado na Aprendizagem Baseada em Problemas

O debate deste tema em sala de aula é escasso no IFAL, pois atualmente é tratado apenas no curso de tecnologia em Gestão de turismo do campus Maceió, contudo, sem analisar a legislação correspondente. Entretanto, essa abordagem interdisciplinar é possível nos componentes curriculares de direito e legislação, presentes em todos os cursos de turismo e hospitalidade do IFAL: Guia de Turismo e Cozinha (técnico de nível médio integrado) e Hospedagem (Educação de Jovens e Adultos – EJA) no campus Marechal Deodoro, Gestão de Turismo e Hotelaria (tecnologia) no campus Maceió, e Hospedagem (técnico de nível médio integrado) no campus Maragogi.

Considerando essas informações, percebe-se a relevância de ampliar a discussão do turismo acessível na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), tema que está intimamente ligado aos conceitos de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, acessibilidade, inclusão social e às iniciativas protetivas aos direitos das pessoas com deficiência, conforme pode ser visto nas pesquisas de Duarte e Lemos (2017), Santos e Duarte (2017) e Coelho (2014). De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, no artigo 2º, a pessoa com deficiência é:

[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Lei n.º 13.146, 2015)

Todavia, nas recomendações da OMT (2013), a organização amplia o conceito de pessoa com deficiência incluindo indivíduos com mobilidade reduzida, das quais fazem parte os idosos, correspondendo no Brasil a 20.590.597 habitantes (IBGE, 2010). Por isso, neste artigo, quando se investiga os direitos das pessoas com deficiência, também estão incluídos os idosos. Para essas pessoas, o direito de usufruir o turismo é bastante prejudicado, ou até mesmo inviável, em virtude da falta de igualdade de condições de acesso ao bem ou serviço turístico. Segundo Sasaki (2003), o turismo e o lazer precisam ser inclusivos, e o que viabilizará a participação da pessoa com deficiência no turismo e o convívio em sociedade em condições de igualdade será a acessibilidade. Santos e Duarte (2017) definem acessibilidade como a capacidade de ser acessível dos ambientes, produtos, serviços e da comunicação a

todas as pessoas, em igualdade de condições, atendendo as expectativas e possibilitando o pleno exercício de sua cidadania.

A acessibilidade se torna um critério de qualidade a ser considerado pelos clientes na escolha do prestador de serviço e das atrações turísticas, bem como da inclusão social, por se tratar de um direito de todos, e por contemplar a aceitação da diversidade humana, da convivência harmoniosa, da valorização das pessoas e da solidariedade na aprendizagem (Sasaki, 2003). Isso significa dizer que a inclusão social decorre do respeito ao próximo. Com esse valor, toda a sociedade observará seus deveres, permitindo ao outro o direito de viver a vida com liberdade, assumindo o papel de combater os obstáculos.

De acordo com Barbosa-Fohrmann (2016, p. 738), com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – CDPD (Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007), a Organização das Nações Unidas (ONU) consolidou o enquadramento desses direitos como direitos humanos, sendo estes alvo de políticas públicas dos governos e de outros organismos internacionais, como a OMT.

Segundo Pérez e Velasco (2003, p. 12), o conceito de turismo acessível ganhou relevância a partir de 1989, quando especialistas britânicos em turismo e deficiência publicaram o informe *Tourism for All*, que divulgou os avanços alcançados com o Ano Internacional das Pessoas Deficientes promovido pela ONU em 1981. O conceito de turismo acessível para todos de Darcy e Dickson (2009) é adaptado no documento Recomendações da OMT para um Turismo Acessível para Todos (2013):

É uma forma de turismo que implica um processo de colaboração entre os interessados para permitir às pessoas com necessidades especiais de acesso (nas diferentes dimensões, entre elas as de mobilidade, visão, audição e intelectual) usufruir independentemente, com igualdade e dignidade, graças a uma oferta de produtos, serviços e ambientes turísticos projetados de maneira universal. (p. 109, tradução nossa)¹

Para Duarte e Lemos (2017), um dos modos de propiciar o turismo acessível é a inclusão das pessoas com deficiência e a conscientização da sociedade acerca da igualdade de

¹ “Es una forma de turismo que implica un proceso de colaboración entre los interesados para permitir a las personas con necesidades especiales de acceso (en distintas dimensiones, entre ellas las de movilidad, visión, audición y cognición) funcionar independentemente, con igualdad y dignidad, gracias a una oferta de productos, servicios y entornos de turismo diseñados de manera universal.”

oportunidades durante a prestação de serviços, difundindo um turismo socialmente responsável, sem diferenciar as pessoas e oferecendo um ambiente sem restrições.

Nota-se que a preocupação do turismo acessível se concentra no processo colaborativo coletivo, pois pressupõe um grau de adaptação do ambiente e da sociedade para que o turismo possa atender todas as pessoas, promovendo a inclusão de todos os cidadãos e a sua universalidade.

Considerando a importância da discussão desses conceitos e, em virtude da exigência dos mestrandos profissionais do desenvolvimento de um produto educacional (Portaria Normativa n.º 17, 2009), um guia didático foi elaborado para o ensino do turismo acessível a partir da legislação referente à pessoa com deficiência.

Ao reunir os conteúdos jurídicos ao turismo acessível e trabalhá-los na educação profissional técnica de nível médio – na qual se enquadra o curso de guia de turismo do campus Marechal Deodoro, lócus da pesquisa em comento –, os estudantes têm a oportunidade de compreender os direitos e deveres da sociedade, almejando uma postura ética e socialmente responsável. Para isso, o ensino jurídico na EPT vai além do conhecimento da lei e contribui para, a longo prazo, conscientizar os alunos a respeito da função das normas jurídicas existentes e sua correlação com os acontecimentos do dia a dia.

Corroborando esse ponto de vista, Lamas, Miranda e Oliveira (2018) esclarecem que o ensino jurídico oferece meios para que os alunos se apropriem das estruturas sociais presentes nas relações entre pessoas e entre pessoa e Estado – cientes de seus direitos e deveres –, lúcidos da contribuição de cada indivíduo para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, a fim de reduzir as desigualdades sociais.

A pertinência do ensino do tema, a partir da análise da legislação sobre as pessoas com deficiência, na EPT justifica-se pela abordagem se coadunar com a formação cidadã que objetiva oferecer ao seu aluno. Para Carvalho e Cavalcanti (2020, p. 3), a EPT norteia-se pelo trabalho como princípio educativo e este possibilita o entendimento “[...] dos modos de produção e de suas relações de poder [...]” para a compreensão do trabalho e o desenvolvimento do sujeito crítico-reflexivo, para a qual também contribui a formação intelectual. Dessa forma, o ensino do turismo acessível oportuniza aos futuros profissionais conhecer essa legislação e os recursos de acessibilidade que beneficiam as pessoas com deficiência. Especialmente neste momento, em que o turismo foi seriamente impactado pela pandemia da covid-19 (novo coronavírus), e com a gradativa retomada da atividade, a mesma precisará se reinventar para retomar os anteriores níveis de crescimento. Considerando a

potencialidade do público com deficiência como consumidor, os esforços para bem atendê-lo pode incrementar a atividade turística.

1.2 Legislação brasileira referente à pessoa com deficiência

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo voltou-se para a necessidade de proteger os direitos humanos e as liberdades públicas por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948. Avançando no combate às discriminações, a ONU proclamou a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (1975). A luta desses indivíduos também abrange o turismo, sendo reconhecida pela primeira vez na Declaração de Manila (Organización Mundial del Turismo [OMT], 1980), quando os conceitos de turismo e acessibilidade foram associados, segundo Pérez e Velasco (2003). Tanto a ONU como a OMT continuam a produzir iniciativas protetivas.

Paralelamente, o ordenamento jurídico brasileiro, em acordo com os valores internacionais, previu direitos às pessoas com deficiência na Constituição Federal (1988). O artigo 5º da Constituição garante o direito à igualdade; já o artigo 6º aponta para o lazer, inserindo o turismo como direito social a ser usufruído por todo cidadão.

Ao longo do tempo, o Estado brasileiro sancionou leis e normas voltadas para a proteção das pessoas com deficiência, como a Lei n.º 4.169 (1962), uma das primeiras a tratar do tema, e que oficializou o Braille, mais efetivamente no século XXI. Um exemplo disso é a lei que dispõe sobre a criação da Política Nacional para a Integração de Pessoas Portadoras de Deficiência (Lei n.º 7.853, 1989).

Na década de 1990, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) publicou a NBR 9050 (ABNT, 1994), que regula a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Também publicou a NBR 14273 (ABNT, 1999), que regula a acessibilidade ao transporte aéreo comercial. Já o ano 2000 é marcado pela sanção de leis que materializam o esforço nacional para garantir a acessibilidade. A Lei n.º 10.048 (2000) disciplina a prioridade de atendimento, e a Lei n.º 10.098 (2000) contempla normas e critérios básicos de promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A legislação também destaca determinados grupos de pessoas com deficiência, como a lei que trata da Língua Brasileira de Sinais – Libras (Lei n.º 10.436, 2002), e a prevê o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes coletivos acompanhada de seu cão-guia (Lei n.º 11.126, 2005). A ABNT dispôs sobre a acessibilidade

da comunicação na prestação de serviços na NBR 15599 (ABNT, 2008), seguindo os preceitos do desenho universal.

Culmina-se na materialização dos preceitos da CDPD (Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007) no Brasil, por meio da promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Em seu artigo 1º, a lei destina-se “a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Lei n.º 13.146, 2015). O artigo resume, portanto, os valores trabalhados pelo turismo acessível.

Duarte e Honorato (2020) relatam que apesar do volume significativo de leis e normas sobre os direitos das pessoas com deficiência, ainda há muito para a sociedade evoluir no turismo acessível e afirmam que este pode ser um importante aspecto da qualidade de vida dos turistas, podendo os estabelecimentos turísticos utilizar a acessibilidade como um critério de fidelização desse cliente. Ao investir para ofertar facilidades de acesso e ter uma equipe preparada para atender as necessidades desse público, as empresas e instituições estarão agindo eticamente e potencializando o crescimento da frequência de turistas com deficiência. Por isso, tratar esses direitos colaborará para ampliar o debate e a estimular o estudante a formar consciência crítica, ativa e ensejadora de transformação social da realidade estabelecida, principalmente quando o processo de ensino-aprendizagem é trabalhado com metodologias inovadoras.

1.3 Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP)

O mundo do trabalho, com o advento da revolução tecnológica e dos meios de comunicação, requer cada vez mais do profissional proatividade, flexibilidade, autonomia e boa atuação no trabalho em equipe. Em virtude do impacto dessas necessidades na relação de ensino-aprendizagem, a EPT utiliza estratégias inovadoras, que contemplam o desenvolvimento dessas habilidades, em suas práticas educativas com o uso de metodologias ativas. De acordo com Moraes (2020), o uso das metodologias ativas contribui para a formação de um profissional que possua as habilidades da comunicação, criatividade, resiliência, empatia, que saiba lidar com as diferenças, sendo estas características que o distinguirá dos demais. Nesse contexto, essas estratégias de ensino propiciam o aprendizado significativo, trabalhando a teoria ligada à prática, consideram as experiências vivenciadas pelos estudantes e os seus interesses e a postura ativa é concretizada no ato de pesquisar, questionar, participar e cumprir os trabalhos coletivamente (Brescovit et al., 2020).

Nascimento e Feitosa (2020) reforçam o acima exposto afirmando que essas metodologias colaboram para o pensamento crítico-reflexivo do aluno por meio do diálogo, da construção de hipóteses e complementa ressaltando que a autonomia, uma das principais características, é incentivada com a transposição da recepção do conteúdo transmitido pelo professor para a busca ativa do conhecimento, a exemplo da pesquisa realizada pelo próprio discente. Ressalte-se que essa mudança não é fácil de ser realizada, podendo haver resistências tanto do aluno como do professor ou da gestão escolar, porém haja vista o cenário profissional atual vale a pena refletir sobre sua utilização. Na pesquisa, houve preferência pela ABP (Berbel, 1998) no produto educacional, tendo em vista que a metodologia pressupõe trabalhar as habilidades que estimulam o aprendizado autônomo dos estudantes e todos os aspectos acima informados.

Borges et al. (2014) esclarece que “a ABP é uma proposta pedagógica que consiste no ensino centrado no estudante e baseado na solução de problemas” (p. 303). Ainda informa que o professor assume um papel de mediador do conhecimento e estão previstas várias sessões de estudo que trabalham conteúdos interdisciplinares, apresentando o tema como um todo, evitando assim a fragmentação do conhecimento. Ao objetivar um saber integral, a ABP se aproxima dos princípios norteadores da educação profissional técnica de nível médio acerca da interdisciplinaridade no currículo e nas práticas pedagógicas, bem como a superação do fracionamento dos saberes (Resolução n.º 6, 2012).

O emprego da ABP no produto educacional contribui para a aprendizagem significativa do conteúdo. Esta ocorre quando se promove o diálogo entre uma nova informação e algum conhecimento prévio existente na estrutura cognitiva do aluno (Moreira, 2017). Por isso, a importância de se trabalhar situações-problemas próximas à experiência de vida dos alunos ou aos seus interesses para potencializar seu aprendizado. Dessa forma, as metodologias ativas atendem tanto a discentes como a docentes e à própria sociedade, pois oportuniza aos estudantes lidarem com problemas que poderão enfrentar na vida profissional e na convivência em sociedade, valorizando o trabalho coletivo e a cooperação entre os envolvidos.

2. Metodologia

Neste estudo, optou-se pela pesquisa quali-quantitativa, sendo a análise quantitativa realizada com o tratamento estatístico e a tabulação dos dados, por meio do Microsoft Excel® 2010, para a confecção de tabelas, de caráter descritivo, permitindo a exposição de

características dos sujeitos participantes, a organização e apresentação clara e concisa dos dados coletados (Gil, 2019).

Já a abordagem qualitativa decorre do emprego da pesquisa-ação na investigação original. Segundo Thiollent (2011), este método se caracteriza pela tentativa de explicar problemas sociais e técnicos por meio da reunião de pessoas envolvidas ou interessadas em uma situação-problema, na busca por soluções desses problemas, pela aprendizagem e pela ação efetiva dos envolvidos, prevendo também a contínua melhoria da prática docente. Sendo esta pesquisa de caráter exploratório, possibilita uma visão geral sobre o ensino do turismo acessível e a pertinência de um produto educacional na EPT, já que o tema à luz da legislação, como visto anteriormente, ainda não é discutido nos cursos de Turismo e Hospitalidade do IFAL, além de contribuir para aprimorar o guia de estudos ao revelar tendências observáveis, levando a melhor compreender os dados coletados e facilitando a formulação de hipóteses para estudos posteriores (Gil, 2019).

O percurso metodológico para a elaboração da revisão bibliográfica e o desenvolvimento do produto educacional apoiou-se na pesquisa documental com base na visão dos principais autores do turismo acessível e dos conceitos associados, das legislações, nos ensinamentos sobre a prática educativa de Zabala (1998), na ABP de Berbel (1998), na teoria de aprendizagem significativa de David Ausubel em Moreira (2017), na pesquisa-ação de Thiollent (2011) e no diálogo preconizado por Freire (2019).

Neste artigo são apresentados os resultados parciais do estudo inicial e a técnica de coleta utilizada foram questionários individualizados, aplicados aos alunos. Estes responderam um questionário com questões fechadas, com o objetivo de realizar um diagnóstico e alguns fatores importantes foram traçados, a exemplo do perfil dos sujeitos participantes, como o nível de conhecimento, a importância do tema e o interesse em estudar o assunto. A aplicação do questionário ocorreu no segundo semestre de 2019, sendo o lócus da pesquisa as duas turmas do terceiro ano do curso técnico de nível médio integrado em guia de turismo do IFAL, campus Marechal Deodoro, nas aulas de Legislação Aplicada ao Turismo, com a participação de 48 alunos.

A análise documental das fontes pesquisadas e o exame de natureza interpretativa desses resultados promovem a discussão entre estes e colaborará para aproximar o PE das necessidades e interesses dos alunos, de modo a atingir um dos objetivos da pesquisa original de se construir um produto que auxilie o processo de aprendizagem dos estudantes. Para Ludke e André (2018), o estudo qualitativo dos dados coletados e do material consultado

durante a investigação tem a finalidade de encontrar tendências e parâmetros significativos, considerando a situação estudada.

A escolha das turmas de terceiro ano do curso técnico de nível médio integrado em guia de turismo do IFAL, campus Marechal Deodoro, para ser o lócus da pesquisa justifica-se pela exigência do mestrado de a pesquisa ocorrer no âmbito da educação profissional técnica de nível médio ou EJA, optando a pesquisadora pela primeira modalidade, pois em virtude de sua formação acadêmica em Turismo isso proporcionava mais desenvoltura no curso escolhido do que na área de Hospedagem, ofertado no EJA, e por oferecer no terceiro ano o componente curricular de Legislação Aplicada ao Turismo, viabilizando a abordagem interdisciplinar entre o turismo e o direito. Além disso, o campus em questão foi a lotação inicial da servidora quando ingressou no IFAL e o município é o terceiro destino turístico mais visitado no estado, segundo notícia publicada no blog Meio ambiente & turismo (2018).

O guia de estudos de turismo acessível é parte integrante do produto educacional “Ensino de turismo acessível: Guias didáticos” (composto tanto pelo guia citado como pelo Turismo acessível: Guia de orientações para professores), vinculado à pesquisa em desenvolvimento no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do IFAL.

O guia, idealizado para enriquecer a formação profissional dos estudantes, poderá ser utilizado nos componentes curriculares de direito e legislação dos cursos de Turismo e Hospitalidade do IFAL, apresentando quatro unidades de estudo sobre o turismo acessível, que tratam dos conceitos básicos, da acessibilidade da comunicação na prestação de serviços, da acessibilidade aos museus e da acessibilidade ao transporte aéreo comercial.

Além das unidades de estudo, o guia explica a metodologia utilizada e o procedimento a ser realizado em sala de aula. Além disso, indica atividades e leituras complementares e contém uma tabela com a evolução das principais normas brasileiras. O suporte teórico técnico-científico para a elaboração do material educativo baseou-se em artigos científicos e dissertações sobre turismo acessível e na legislação brasileira, referente às pessoas com deficiência, bem como guias e cartilhas desenvolvidos por órgãos governamentais federais, estaduais e municipais.

O plano educacional trabalha situações-problema seguindo os sete passos da ABP, segundo o site da Universidade Estadual de Londrina (UEL), apresentados por Berbel (1998). As sessões de estudo ocorrem como descrito a seguir.

Primeiro encontro: realização da entrega do guia de estudos, além de aula expositiva e dialogada sobre turismo acessível (prevista na unidade de estudos 1), a partir de uma notícia

jornalística com o relato de situações reais vivenciadas por pessoas com deficiência. Os cinco primeiros passos da ABP realizados são:

- a) leitura do problema, identificação e esclarecimento de termos desconhecidos;
- b) identificação dos problemas expostos na situação apresentada;
- c) formulação de hipóteses explicativas para os problemas identificados no passo anterior;
- d) resumo das hipóteses;
- e) formulação dos objetivos de aprendizados.

Um dos objetivos é que os discentes se familiarizem com as etapas da metodologia. Em seguida, a partilha de experiências já vivenciadas ou observadas pelos discentes é estimulada e são explicados os conceitos básicos. Ao final, um vídeo é reproduzido, mostrando as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência. Grupos tutoriais são organizados, compostos por oito a dez discentes, sendo escolhido um componente para ser o coordenador, responsável pela liderança do grupo, e outro que será o relator, cuja função é registrar as discussões decorrente da apresentação e do debate entre os integrantes do grupo e dos demais alunos da turma, os quais também são incentivados a apresentar seu ponto de vista, como previsto na ABP.

Segundo encontro: as unidades a serem estudadas por cada grupo são sorteadas, sendo feita a distribuição das situações-problema correspondentes. Dessa forma, os cinco primeiros passos da ABP descritos acima são realizados, aproveitando o conhecimento prévio dos alunos e relacionando os assuntos a serem aprofundados a partir das hipóteses explicativas.

Terceiro encontro: realização do estudo individual (sexto passo da ABP). Em um laboratório de informática com acesso à internet, os estudantes realizam a pesquisa do conteúdo proposto na unidade de estudo, considerando os objetivos de aprendizagem delineados no encontro anterior. Os tutores ficam à disposição dos discentes para esclarecer dúvidas sobre a metodologia, bem como para orientá-los acerca da pesquisa da legislação.

Quarto encontro: retorno ao grupo tutorial para a realização do sétimo e último passo da ABP, isto é, a rediscussão do problema, tendo em vista os conhecimentos apreendidos no estudo individual. Os grupos partilham o produto das pesquisas e as normas consultadas e propõem melhorias para acessibilidade em cada situação-problema, com sugestão de 20 minutos para a apresentação de cada grupo. Aos tutores, cabe estimular o debate e assinalar determinados pontos não abordados ou para melhor esclarecimento. Ao final do encontro, tutores e estudantes podem montar, em conjunto, um mapa conceitual dos assuntos estudados no primeiro encontro.

3. Resultados e Discussão

Antes de finalizar o desenvolvimento do produto educacional, os pesquisadores quiseram conhecer o perfil dos sujeitos participantes, bem como identificar suas necessidades e nível de conhecimento sobre o tema em questão. É importante ressaltar que os resultados apresentados são um recorte da pesquisa original, em virtude do grande volume de informações coletadas com os questionários aplicados.

Os participantes da pesquisa totalizaram 48 discentes, sendo na primeira turma 26 participantes e, na segunda, 22. A primeira turma contava com 18 alunas e oito alunos na faixa etária entre os 17 e 20 anos, enquanto na segunda 12 eram do sexo feminino e 10 do sexo masculino, na faixa etária entre 16 a 19 anos.

Buscando verificar se os alunos já haviam estudado ou se tinham conhecimento do tema para saber se poderiam trabalhar situações-problemas mais aprofundadas, e se seria necessária uma aula expositiva e dialogada para contextualizá-los aos conceitos associados ao turismo acessível, observa-se na Tabela 1 o baixo percentual de alunos que já conheciam o assunto.

Tabela 1. Já ouviu falar sobre o tema turismo acessível?

	Turma 1	Turma 2
Sim	27%	18%
Não	73%	82%

Fonte: Os autores (2019).

Apenas 7 (turma 1) e 4 alunos (turma 2) já tinham ouvido falar sobre turismo acessível e por outro lado a grande maioria 19, na turma 1, e 18 estudantes, na turma 2, nunca ouviram falar sobre o tema. Além do já exposto na revisão bibliográfica sobre a escassez de discussão do tema, foi identificada a necessidade da aula expositiva e dialogada para evitar dificuldades nas etapas da ABP, valendo-se do entendimento de Freire (2019).

As ideias do pedagogo ressaltam que, apesar de o professor precisar explicar alguns aspectos do objeto de estudo, isso não anula sua dialogicidade, desde que professor e alunos estejam cientes de seu papel e assumam uma postura ativa, problematizadora e questionadora.

Por isso, os pesquisadores compreenderam que essa opção não desnaturaria a metodologia utilizada, pois é possível propiciar a abertura ao diálogo e evitar a passividade.

Com o objetivo de averiguar o grau de conhecimento acerca da legislação, questionou-se aos alunos se conheciam alguma legislação referente às pessoas com deficiência, e para os que afirmassem conhecer, foi solicitado que apontassem quais leis ou normas conheciam, algo possível de ocorrer entre os estudantes que tivessem parentes ou amigos com deficiência, no entendimento dos pesquisadores. Mas, contrariando essa suposição o reconhecimento da legislação é ainda menor do que em relação ao turismo acessível, como se ver na Tabela 2.

Tabela 2. Conhece alguma legislação sobre pessoas com deficiência?

	Turma 1	Turma 2
Sim	0%	5%
Não	100%	95%

Fonte: Os autores (2019).

Percebe-se nos resultados da tabela um baixíssimo índice de conhecimento da legislação, pois todos da primeira turma informaram que não conheciam os direitos das pessoas com deficiência e, na segunda turma, apenas um(a) aluno(a) informou conhecer alguma legislação, referindo-se à reserva de assentos para as pessoas com deficiência em transportes públicos, a reserva de vagas em estacionamentos e o atendimento prioritário.

Esse cenário demonstra como o produto educacional colaborará para a divulgação da legislação referente à pessoa com deficiência, considerando também o disposto no art. 28, inciso XIV, acerca da inserção de temas referentes às pessoas com deficiência nos diversos campos do saber em cursos de educação profissional técnica e tecnológica (Lei n.º 13.146, 2015), fundamentando legalmente a sugestão de incluir o ensino do turismo acessível no IFAL a partir da legislação em questão.

A fim de legitimar a propositura do produto educacional, primeiramente, foi perguntado aos alunos se estes consideravam o tema importante para sua futura atuação profissional. Nas duas turmas 100% dos alunos manifestaram ter consciência da importância de estudar o tema, apesar de a maioria não o conhecer demonstrando a abertura dos estudantes para o estudo. Para Trigo (2020), o conhecimento é o alicerce para propiciar competência

profissional e sólida cidadania para se oferecer serviços com excelência na qualidade e segurança, no conforto, de forma prazerosa e saudável em todas as esferas sociais e notadamente no turismo que se caracteriza como uma das fontes de prazer e realização pessoal. Daí percebe-se a importância da formação do profissional para saber lidar com as necessidades de seus clientes e atender suas expectativas.

Em seguida, questionou-se o interesse dos mesmos em estudar o tema e mais uma vez todos os alunos (100%) expressaram o desejo em dedicar-se ao assunto, demonstrando sua curiosidade sobre o conteúdo e corroborando para o desenvolvimento da pesquisa. Segundo Moreira (2017), uma das condições para que a aprendizagem significativa tenha sucesso é o interesse do aluno em aprender o assunto tratado, numa postura ativa, para absorver o que é discutido em sala de aula, o que foi constatado nas respostas dos questionários.

Esses resultados reforçam a importância de trabalhar conteúdos atitudinais no produto educacional, ou seja, a reflexão de modelos adotados, a análise de normas, a apropriação de conteúdos trabalhados e a autoavaliação de suas próprias atitudes enquanto sujeito participante da sociedade, de acordo com Zabala (1998).

Aliado a isso, a assimilação da diversidade possibilita a cortesia e a tolerância, e cada pessoa trava uma luta contínua para assegurar o exercício da cidadania e o respeito aos direitos humanos (Trigo, 2020). Essas práticas, a serem realizadas pelos estudantes, cooperam para a formação de profissionais críticos e conscientes da contribuição de cada um para a melhoria do turismo.

4. Considerações Finais

A intenção da pesquisa original é elaborar um guia de estudos sobre o ensino do turismo acessível e, com ele, colaborar para o enriquecimento da formação profissional dos estudantes, pois nas Recomendaciones de la OMT por un turismo accesible para todos (2013), a organização orienta aos estabelecimentos turísticos e serviços afins que os profissionais do turismo conheçam os direitos das pessoas com deficiência, mediante formação apropriada, com o objetivo de bem atender e conhecer as necessidades específicas dessa clientela, proporcionando uma experiência turística de qualidade. Ou seja, a consciência da imprescindibilidade da preparação profissional perpassa pela conscientização sobre a acessibilidade.

Assim, neste artigo verificou-se que há espaço e relevância para a aplicação do produto educacional, haja vista a ausência da discussão à luz das normas protetivas, conforme

constatado nos projetos pedagógicos dos cursos de turismo e hospitalidade do IFAL, culminando no desconhecimento do tema por 73% dos alunos (turma 1) e 82% (turma 2). Ademais, 98% dos discentes das duas turmas não conheciam a legislação sobre as pessoas com deficiência. Também os resultados apresentados legitimaram a importância da pesquisa com 100% dos alunos afirmando ser importante e ter interesse em estudar o tema.

Entretanto, para que o conteúdo não seja apenas estudado para a obtenção de um benefício imediato (nota), os resultados dos dois primeiros questionamentos corroboraram para a adoção de estratégias que potencializasse a aprendizagem significativa. Além disso, considerando os preceitos da pesquisa-ação de Thiollent (2011), o guia de estudos não é um material estático, podendo ser aprimorado a todo tempo durante a investigação e pelos futuros usuários, que poderão melhorar as atividades previstas, adaptar formatos, considerando o perfil do aluno, o tempo disponível e a estrutura da escola, possibilitando a inclusão/adaptação das atividades previstas.

Dessa forma, este artigo atingiu o objetivo a que propôs apresentando um diagnóstico das necessidades e do nível de conhecimento dos estudantes o que permitiu o aprimoramento do produto educacional, pois apesar de a ABP não prever aulas expositivas e dialogadas, esse recurso pedagógico e a reprodução de vídeos que mostram as dificuldades vivenciadas pelas pessoas com deficiência foram inclusos no guia de estudos com o intuito de os alunos compreenderem o contexto do turismo acessível e adquirir conhecimentos mínimos que auxiliarão nas atividades seguintes, bem como trabalhar a empatia pela temática o que estimulará a aprendizagem significativa.

Para trabalhos futuros, sugere-se pesquisar junto às pessoas com deficiência as dificuldades de acessibilidade em hotéis e restaurantes, ambientes não contemplados nas unidades de estudo do guia e para aproximar as situações-problemas da realidade profissional dos cursos de Hospitalidade (Hotelaria, Hospedagem e Cozinha).

Conclui-se este artigo compreendendo que a empatia e a conscientização (a longo prazo) de toda a sociedade acerca dos direitos das pessoas com deficiência é o que moverá todas as esferas com poder de decisão para unir esforços e viabilizar as adaptações necessárias, bem como promover a acessibilidade de forma contínua, impulsionando o respeito aos direitos humanos. A educação profissional e tecnológica, por aliar a formação intelectual e o trabalho, se apresenta como o espaço ideal para a aplicação do produto educacional, que contribuirá para a formação adequada dos futuros profissionais e de cidadãos sensíveis ao desafio da implementação da acessibilidade para todos.

Referências

Associação Brasileira de Normas Técnicas. (1999). *NBR 14273: Acessibilidade da pessoa portadora de deficiência no transporte aéreo comercial*. <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/institucional/grupos-de-trabalho/inclusao-pessoas-deficiencia/atuacao/legislacao/docs/ABNT-NBR-14273.pdf/view>

Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2008). *NBR 15599: Acessibilidade: Comunicação na prestação de serviços*. https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/pessoa_com_deficiencia/NBR15599.pdf

Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2015). *NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/temas/inclusao-de-pessoas-com-deficiencia/legislacao/abnt-nbr-9-050-2015/view>

Barbosa-Fohrmann, A. P. (2016). Os modelos médico e social de deficiência a partir dos significados de segregação e inclusão nos discursos de Michel Foucault e de Martha Nussbaum. *Revista Estudos Institucionais*, 2(2), 736–755. <https://doi.org/10.21783/rei.v2i2.76>

Berbel, N. A. N. (1998). A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos? *Interface*, 2(2), 139–154. <https://doi.org/10.1590/S1414-32831998000100008>

Borges, M. C., Chachá, S. G. F., Quintana, S. M., Freitas, L. C. C., & Rodrigues, M. L. V. (2014). Aprendizado baseado em problemas. *Revista Medicina*, 47(3), 301–307. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-7262.v47i3p301-307>

Brescovit, L. E., Almeida, L. I. M. V. de ., Ventura, I. G. de S. ., & Silva, A. R. da . (2020). Metodologias ativas aplicadas no curso de pedagogia e anos iniciais em Tangará da Serra, Estado do Mato Grosso, Brasil. *Research, Society and Development*, 9(9), e276997365. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7365>

Carvalho, E. Q., & Cavalcanti, R. J. de S. (2020). Inclusão na Educação Profissional e Tecnológica: abordagem emancipatória do trabalho como princípio educativo. *Research, Society and Development*, 9(5), e115953219. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i5.3219>

Coelho, C. A. J. G. (2014). *Turismo acessível para todos, um paradigma emergente e um desafio para a oferta turística: O caso dos espaços museológicos e empreendimentos turísticos de Cascais*. [Dissertação de mestrado, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril] Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/18924>

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988).
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

Darcy, S., & Dickson, T. J. (2009). A whole-of-life approach to tourism: the case for accessible tourism experiences. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 16(1), 32–44. <https://doi.org/10.1375/jhtm.16.1.32>

Duarte, D. C., & Honorato, T. S. (2020). Turismo cultural acessível: a percepção dos gestores dos principais teatros de Brasília. *Turismo - Visão e Ação*, 22(3), 575-596.
<https://doi.org/10.14210/rtva.v22n3.p575-596>

Duarte, D. C., & Lemos, G. S. (2017). Turismo acessível: estudo da legislação brasileira internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência. *Inclusão Social*, 10(2), 119–131.
<https://doi.org/10.7784/rbtur.v9i3.863>

Freire, P. (2019). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. (58.^a ed.). Paz & Terra.

Gil, A. C. (2019). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (7.^a ed.). Atlas.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*.
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=resultados>

Lamas, C. B. O., Miranda, P. R., & Oliveira, A. P. L. R. (2018). Aproximações entre educação jurídica e ensino médio integrado: proposta para uma formação cidadã e ética. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico*, 4(8), 421–439.
<https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/569/207>

Lei n.º 4.169 de 4 de dezembro de 1962. (1962, 11 de dezembro). Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille. *Diário Oficial da União*. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4169-4-dezembro-1962-353980-norma-pl.html>

Lei n.º 7.853 de 24 de outubro de 1989. (1989, 25 de outubro). Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm

Lei n.º 10.048 de 8 de novembro de 2000. (2000, 9 de novembro). Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110048.htm

Lei n.º 10.098 de 19 de dezembro de 2000. (2000, 20 de dezembro). Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm

Lei n.º 10.436 de 24 de abril de 2002. (2002, 25 de abril). Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. *Diário Oficial da União*.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm

Lei n.º 11.126 de 27 de junho de 2005. (2005, 28 de junho). Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia. *Diário Oficial da União*.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11126.htm

Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. (2015, 7 de julho). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

Lüdke, M. & André, M. E.D.A. (2018). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. (2.^a ed.). Editora Pedagógica e Universitária.

Marechal Deodoro necessita de melhorias para o turismo. (2018). *Meio ambiente & turismo*.
<http://meioambienteeturismo.blogspotagazetaweb.com/2018/09/10/marechal-deodoro-necessita-de-reparos-para-o-turismo/#:~:text=Marechal%20Deodoro%20precisa%20urgentemente%20melhorar,dos%20locais%20de%20visita%C3%A7%C3%A3o%20tur%C3%ADstica>.

Moraes, E. C. (2020). Reflexões acerca das Soft Skills e suas interfaces com a BNCC no contexto do Ensino Remoto. *Research, Society and Development*, 9(10), e9499109412.
<https://doi.org/10.33448/rsd-v9i10.9412>

Moreira, M. A. (2017). *Teorias de aprendizagem*. (2.^a ed.). Editora Pedagógica e Universitária.

Nascimento, J. L. do ., & Feitosa, R. A. (2020). Metodologias ativas, com foco nos processos de ensino e aprendizagem. *Research, Society and Development*, 9(9), e622997551.
<https://doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7551>

Organización Mundial del Turismo. (1980). *Declaración de Manila sobre el turismo mundial*. In OMT. (2019). *Compilación de declaraciones de la OMT 1980-2018*. <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419326>

Organización Mundial del Turismo. (2013). *Recomendaciones de la OMT por un turismo accesible para todos*. In OMT. (2016). *Compilación de recomendaciones de la OMT 1975-2015*. <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284417780>

Organização das Nações Unidas. (1975). *Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, de 9 de dezembro de 1975*. Ministério da Educação, Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf

Organização das Nações Unidas. (2000). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. http://www.redeblh.fiocruz.br/media/decl_d_human.pdf

Pérez, D. M., & Velasco, D. J. G. (2003). *Turismo Accesible n.º 4: Hacia un Turismo para Todos*. Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, Secretaria General de Asuntos Sociales. <https://www.cermi.es/sites/default/files/docs/colecciones/4TurismoAccesible.pdf>

Portaria Normativa/MEC n.º 17, de 28 de dezembro de 2009. (2009, 29 de dezembro). Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. *Diário Oficial da União*. <http://www.uezo.rj.gov.br/pos-graduacao/docs/Portaria-MEC-N17-28-de-mbro-de-2009.pdf>

Resolução CNE/CEB n.º 6, de 20 de setembro de 2012. (2012, 21 de setembro). Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. *Diário Oficial da União*. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192

Santos, K. & Duarte, D. (2017). A acessibilidade em cidades históricas: Um estudo no centro histórico de São Luís-MA. *Revista Turismo & Desenvolvimento (RT&D)*.1 (27/28), 349-362. <http://revistas.ua.pt/index.php/rtd/article/view/6801/5307>

Sasaki, R. K. (2003). *Inclusão no lazer e turismo: em busca da qualidade de vida*. Áurea.

Secretaria Especial dos Direitos Humanos. (2007). *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência: Protocolo facultativo à convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência*. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192

Thiollent, M. (2011). *Metodologia da pesquisa-ação*. (18.^a ed.). São Paulo: Cortez.

Trigo, L. G. G. (2020). Viagens e turismo: dos cenários imaginados às realidades disruptivas. *Revista brasileira de pesquisa em turismo*, 14(3), 1-13.

<http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v14i3.2107>

Turismo mundial sobe em 2019 e registra 10 anos consecutivos de crescimento, diz OMT. (2020). *Mundo Lusíada*. <https://www.mundolusiada.com.br/turismo/turismo-mundial-sobe-em-2019-e-registra-10-anos-consecutivos-de-crescimento-diz-omt>

Zabala, A. (1998). *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Claudia Suzana Correia Lima Fialho – 70%

Eduardo Cardoso Moraes – 30%